



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00159

Brasília, 14 de novembro de 2016.

Objetivo da reunião: 15ª Reunião do CGI - 04/11/2016

Horário e local: 10h30 - Clube Cota Mil

Assunto: Planejamento estratégico

Participantes	Função/Cargo	Unidade
José Antonio Savaris	MAGISTRADO	SG
Eva Maria Ferreira Barros	DIRETOR-GERAL	DG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Lucio Castelo Branco	SECRETARIO	SAE
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Jaqueline Aparecida Correia de Mello	SECRETARIO	SCE
Cintia da Silveira Lima	ASSESSOR-CHEFE	ASCOM
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Viviane da Costa Leite Bortolini	SECRETARIO	STU
Denise Guimaraes Tangari	SECRETARIO	SCG
William Santos	CHEFE DE GABINETE	GAB-SG
Jesse Andros Pires de Castilho	SECRETARIO	SCI
Antonio Carlos de Sousa Costa	SUBSECRETARIO	SUPES
Rodrigo Vasconcellos Chebli	ASSESSOR-CHEFE	ASESP-SG
Silvana Conceição Dias Soares	Subsecretária	SEG
Leonardo Ferreira de Oliveira	Assessor Especial	SEG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	Subsecretário	STI
Mônica Antunes	Subsecretária	SAE
Claudia Bartolo Partteson	Subsecretária	SAE



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1526308-8735 - consulta à autenticidade em siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

Classif. documental 00.04.00.01



CJFMRU201600159A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Mauro Santos de Melo	Chefe de Seção	SAE
José Murilo Cruz Brito	Chefe de Seção	SAE
Marcos Teixeira	Chefe de Seção	SEG
Cleide souza de Oliveira	Chefe de Gabinete	Diretoria-geral

Pauta

1. Pendências da 14ª Reunião CGI

Após as boas vindas do Dr. Savaris, Secretário-Geral do CJF, foram lidas as pendências da última reunião, para as quais foram feitas as seguintes observações: 1) Análise do Plano de Ação iGovTI : o Secretário de TI, Lucio Melre informou que já foram encaminhadas às áreas as propostas para melhoria dos itens de governança de TI e que agora serão realizadas reuniões setoriais para elaboração dos planos de ação. 2) Análise das planilhas do PDTI: as planilhas foram encaminhadas a todas as unidades. A Secretária do CEJ, Jaqueline Melo já enviou as considerações e a partir de agora serão realizadas reuniões setoriais para finalização do documento. 3) Informar se é possível restringir acesso de documentos pertencentes a processo público : o Secretário de TI informou que a regra atual do sistema é se um documento sigiloso, ao ser incluso em um processo público, passará a estar visível a todas as pessoas (ou a todo o órgão, no caso de o processo ser limitado ao órgão). Por outro lado, sendo um documento público incluso num processo sigiloso, permanecerão inalterados os níveis de acesso de ambos - o documento continuará público e o processo, sigiloso. Foi comentado, também, que os processos em andamento, com análise das áreas técnicas só podem ser disponibilizados para as partes. 4) Ações da TNU: a Secretária da TNU, Viviane Bortolini, informou que tem sido realizadas diversas ações visando à celeridade e que tais ações estão contribuindo para baixar a taxa de congestionamento. As ações serão encaminhadas para a SEG. 5) Apresentação de proposta para alteração das metas 5 , 16 e 17 (capacitação magistrados, gestores e servidores) - A Secretária do CEJ, Jaqueline Melo informou que fez reunião com a SUEST para análise e proposição de nova meta, uma vez que o modelo adotado não demonstra a contento o esforço que a unidade empreende para a ampliação da oferta de cursos. Um exemplo citado é a disponibilização de 30 vagas para o curso de desenvolvimento gerencial, que teve procura de apenas 22 gestores. Após o estudo realizado, propõe que sejam adotados dois indicadores: um quantitativo, demonstrando a oferta de cursos e outro qualitativo, demonstrando a aplicabilidade dos cursos ao trabalho. A Dra. Eva ponderou que deve ser mantida a meta orçamentária, que prevê o acompanhamento do número de servidores que realizou curso e o custo dos treinamentos. O Secretário da SEG, Ivan Bonifácio, sugeriu que sejam monitorados 1 indicador (quantitativo de servidores que realizaram curso) e duas metas, sendo uma quantitativa (número de vagas em cursos oferecidas) e outra qualitativa (aplicabilidade dos cursos no trabalho). Houve concordância do CGI e a Jaqueline ficou de detalhar as metas e o indicador. 6) As demais pendências da 14ª reunião ainda não foram concluídas, sendo previstas para este mês.

2. Custos das obras das edificações da Justiça Federal.

Foi apresentado estudo realizado em 34 obras da Justiça Federal, que pretende ser um referencial para o acompanhamento de todas as obras. O Estudo, realizado pela equipe da SAE, possibilitou a análise dos padrões relacionados aos custos das obras da Justiça Federal e permitirá a tomada de decisões, além da economia com manutenção de qualidade. Para o



estudo foram utilizadas ferramentas de BI (business intelligence) e a equipe da SAE ressaltou a importância de que seja realizado diagnóstico para verificar que softwares de projetos de obras os órgãos da Justiça Federal possuem, para posterior padronização.

3. Acompanhamento da Meta 3 - Realizar pelo menos um evento anual do Sistema Organizacional.

Foi cobrado da SAE, SGP, STI e SEG a informação relativa ao cumprimento da meta ou a manifestação de quando será cumprida. A SEG informou que já prestou a informação.

4. Fluxo de avaliação dos projetos estratégicos.

Foi solicitado pelo Dr. Savaris que as principais alterações dos projetos estratégicos, tais como suspensão, cancelamento ou mudança de escopo sejam previamente submetidas à Secretaria-Geral e Diretoria-Geral, antes do encaminhamento ao COGEST.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Agendamento de reuniões setoriais para elaboração de planos de ação para melhoria do índice de governança de TI	Lucio Melre	25/11/2016
1.2	Realização de reuniões setoriais para finalização do PDTI	Lucio Melre	25/11/2016
1.3	Envio das ações em andamento na TNU	Viviane	25/11/2016
1.4	Finalização das propostas para as metas 5, 16 e 17	Jaqueline Melo	25/11/2016
1.5	Análise da viabilidade de alteração da meta 11 (realização de auditorias)	Jesse Andros	25/11/2016
1.6	Reunião com as unidades envolvidas nos processos de trabalho da Meta 12 (tempo dos processos)	Assessoria-especial da Secretaria-Geral	
1.7	Proposta para a Meta 7 (redução das despesas com contratos)	Dra. Eva	25/11/2016
1.8	Discussão sobre o projeto ISEJF	Gustavo e Ivan	10/11/2016
1.9	Análise da proposta da cadeia de valor	Edimilson Oliveira	25/11/2016
3.1	Envio das informações sobre o cumprimento da Meta 3 ou a manifestação de quando será realizado o evento.	SAE, STI, SGP	16/11/2016

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

